

**A INTERFERÊNCIA DA HERANÇA CULTURAL NA EDUCAÇÃO SEXUAL DE AGENTES ESCOLARES: UM ESTUDO DE UMA INSTITUIÇÃO INFANTIL DO INTERIOR PAULISTA**

***LA INTERFERENCIA DE LA HERENCIA CULTURAL EN LA EDUCACIÓN SEXUAL DE AGENTES ESCOLARES: UN ESTUDIO DE UNA INSTITUCIÓN INFANTIL DEL INTERIOR PAULISTA***

***THE INTERFERENCE OF CULTURAL HERITAGE IN THE SEXUAL EDUCATION OF SCHOOL AGENTS: A STUDY OF ONE CHILD INSTITUTION OF THE COUNTRYSIDE OF SÃO PAULO***

Maria Fernanda Celli de OLIVEIRA<sup>1</sup>  
Luci Regina MUZZETI<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Educação sexual ainda é um assunto tratado como tabu e trabalhá-lo é essencial para uma formação natural e integral de todo e qualquer indivíduo desde a mais tenra idade. Partindo desta visão, o presente trabalho visa analisar e desvelar, com base na análise de três agentes escolares de uma Instituição de Educação Infantil, como a herança cultural cultivada no seio familiar pode vir a interferir no trabalho das questões relacionadas à sexualidade dentro e fora do âmbito escolar. Para a realização deste estudo partimos dos conceitos elaborados por Pierre Bourdieu, e para a análise dos dados utilizamos o método praxiológico, também elaborado pelo sociólogo francês e sua equipe. O estudo aqui proposto teve como intuito levantar algumas discussões acerca da interferência da herança familiar sobre a sexualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agentes escolares. Educação infantil. Educação sexual. Herança cultural.

**RESUMEN:** *La educación sexual sigue siendo un tema tabú y trabajar en él es fundamental para la formación natural e integral de todos los individuos desde edades tempranas. Desde esta mirada, el presente trabajo tiene como objetivo analizar y desvelar, a partir del análisis de tres agentes escolares de una Institución de Educación Infantil, cómo el patrimonio cultural cultivado en la familia puede llegar a interferir en el trabajo de temas relacionados con la sexualidad en el interior y fuera del entorno escolar. Para la realización de este estudio partimos de los conceptos elaborados por Pierre Bourdieu, y para el análisis de los datos utilizamos el método praxiológico, también elaborado por el sociólogo francés y su equipo. El estudio propuesto aquí tuvo como objetivo suscitar algunas discusiones sobre la interferencia de la herencia familiar en la sexualidad.*

**PALABRAS CLAVE:** *Agentes escolares. Educación infantil. Educación sexual. Patrimonio cultural.*

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6358-7986>. E-mail: maria-fernanda-co@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Professora no o Departamento de Didática. Doutorado em Educação (UFSCAR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6808-2490>. E-mail: luci.muzzeti@unesp.br

**ABSTRACT:** *Sex education is still a taboo subject and working on it is essential for a natural and integral formation of each and every individual from an early age. Based on this vision, the present work aims to analyze and unveil, based on the analysis of three school agents of an Institution of Early Childhood Education, how the cultural heritage cultivated within the family can come to interfere in the work of issues related to sexuality inside and outside the school environment. To carry out this study we started from the concepts elaborated by Pierre Bourdieu, and to analyze the data we used the praxeological method, also elaborated by the French sociologist and his team. The study proposed here was intended to raise some discussions about the interference of family inheritance on sexuality.*

**KEYWORDS:** *School agents. Child education. Sex education. Cultural heritage.*

## Introdução

As questões relacionadas à sexualidade são até hoje vistas como assuntos “proibidos” a serem tratados dentro da escola, sobretudo na Educação Infantil. As lacunas existentes na formação dos educadores e agente escolares em geral interferem no trabalho destas questões dentro e fora do âmbito escolar. A importância de trazer uma instrução de qualidade referente à sexualidade é iminente a todos os indivíduos, uma vez que se trata de algo intrínseco à vida. Seguindo esta linha de pensamento e com base no fato de que a Educação Infantil é a fase mais importante no desenvolvimento humano, é imprescindível que a Educação sexual ou instrução relacionada à sexualidade seja explorada desde a mais tenra idade nas escolas e no seio familiar.

Assim, como base no exposto, o presente trabalho visa desvelar como a herança cultural cultivada no interior da família pode interferir no *habitus*, ou seja, no comportamento das agentes aqui analisadas no tocante à sexualidade. Assim, visamos analisar como tais colaboradoras enxergam a temática, bem como a importância de trabalhá-las com as crianças seja dentro ou fora da escola.

Vale ressaltar ainda que o trabalho aqui proposto faz parte de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “TRAJETÓRIA SOCIAL E SEXUALIDADE: estruturação da identidade de gênero na Educação Infantil”, que analisou a interferência da herança cultural de três agentes escolares sobre a estruturação da identidade de gênero das mesmas e a interferência exercida sobre as crianças atendidas por elas, seja enquanto filhos (as) ou aluno (as).

Para melhor estruturar este estudo, as três agentes escolares (colaboradoras da pesquisa) serão apresentadas com base em sua trajetória social, e os dados obtidos com as entrevistas semiestruturadas e posteriormente analisados por meio do método praxiológico

(ORTIZ, 1983) serão incorporados ao texto ao longo da exploração dos conceitos elaborados por Pierre Bourdieu e sua equipe, a saber, *habitus*, gênero e herança cultural. Além disso, como pano de fundo para a análise referente à sexualidade, será apresentado um breve histórico acerca da temática, trazendo um contraponto entre realidade e passado, a fim de compreender a construção social existente na fala das colaboradoras da pesquisa.

### **Contemporaneidade x passado: a sexualidade ainda desconhecida**

Conforme Ribeiro (2009), a transição do século XIX para o século XX fora marcada por diversas lutas ligadas à sexualidade, que vão desde o combate à sífilis e às mais variadas doenças venéreas até o advento da pílula anticoncepcional, movimentos pró-sexualidade (hippie, por exemplo) e a disseminação da AIDS nos anos 80. Porém, mesmo tantas décadas depois, os assuntos que dizem respeito à sexualidade humana ainda são tratados como algo distante e mostram-se como um fator de incômodo a grande parte da sociedade.

Segundo Guizzo e Felipe (2015), a partir da segunda metade do século XX, alguns grupos que permaneceram por muitos anos à margem da sociedade começaram a reivindicar seus direitos e questionar, assim, a educação no Brasil. “Tais segmentos, a saber: indígenas, portadores de necessidades especiais, negros/as, mulheres e não heterossexuais (GUIZZO; FELIPE, 2015, p. 2)” clamavam por uma identidade própria que considerasse as diferenças no saber, pensar e agir. Esses movimentos foram ganhando força, especialmente após a década de 1960, com a revolução sexual.

No Brasil, a década de 1990 foi marcada por um contexto reivindicatório em que diferentes movimentos sociais denunciaram as práticas discriminatórias presentes na educação e exigiram mudanças. O Ministério da Educação tem promovido iniciativas, debates e discussões com o propósito de superar os preconceitos e as discriminações em instituições escolares em função de especificidades que marcam os sujeitos como “diferentes”. Estas discussões, bem como outras ações de movimentos sociais, contribuíram para a elaboração de documentos oficiais que teriam emergido com o propósito de proporcionar uma educação similar para todos e todas independente de gênero, raça, sexualidade, classe social e outros marcadores possíveis (GUIZZO; FELIPE, 2015, p. 3).

Assim, com base na preocupação em formar adultos conscientes e capazes de compreender a natureza das relações humanas, bem como as diferenças e peculiaridades e, sobretudo, naquilo que diz respeito à sexualidade, o Ministério da Educação sugere que a Educação Sexual deve estar presente no currículo das escolas desde cedo, como um tema

transversal, ou seja, não se tratando de uma disciplina obrigatória e fixa da grade curricular, mas devendo estar atrelada a outras matérias, comumente abordada na biologia. Tal sugestão está descrita nos PCNs<sup>3</sup>, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), documento responsável pela adequação e equação do ensino no Brasil. Por outro lado, este documento é uma sugestão do governo, e, portanto, a não obrigatoriedade do ensino de tal temática demonstra o preconceito que ainda é fortemente enraizado e presente na cultura brasileira. Ademais, vale ressaltar que os PCNs foram o primeiro reconhecimento de porte nacional, que legitimou a necessidade e importância da implantação de programas de orientação de Educação Sexual nas escolas que atendem crianças e adolescentes, o que não abrange, porém, a Educação Infantil, perpetuando, assim, a ideia de falta de necessidade da abordagem na referida faixa etária.

De qualquer maneira, a educação sexual deve ser promovida em todos os âmbitos e dentre todas as faixas etária, onde,

As necessidades e preocupações da saúde sexual e reprodutiva de crianças e jovens variam muito intra e inter-regiões, comunidades e países, o que pode afetar a percepção de um objetivo específico de aprendizagem. Esses objetivos devem, portanto, ser sempre ajustados ao contexto com base em dados e informações confirmadas disponíveis. De qualquer modo, a maior parte dos peritos acredita que crianças e jovens querem e precisam de informação sobre sexualidade e saúde sexual de modo abrangente e tão cedo quanto possível (UNESCO, 2014, p. 15).

Seguindo esta linha de pensamento, em busca da ascensão e disseminação da educação sexual dentro do âmbito escolar, propõe-se que a orientação sexual seja tratada dentro da escola de maneira interdisciplinar, garantindo assim que o assunto seja encarado de maneira natural e essencial ao comportamento e desenvolvimento humano, em todas as suas fases.

Mas como inculcar e conscientizar a sociedade acerca da importância de tratar a Educação sexual dentro das escolas sem que esta se torne um problema? Neste sentido, propõe-se neste estudo uma discussão sobre o tratamento da temática através da interdisciplinaridade, ou seja, o tema deve passar e caminhar entre todas as vertentes dentro do sistema de ensino desde a mais tenra idade, contendo responsabilidade, compromisso e respeito a todos.

A sexualidade é algo intrínseco ao ser humano e direito de todos, conforme enfatizado pela UNESCO nas “Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem” (UNESCO, 2014). Quando orientamos uma

<sup>3</sup> Atual BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

criança em relação à sexualidade, não apenas estamos contribuindo para a promoção de uma melhor qualidade de vida, mas também protegemos a infância e os direitos dos pequenos, além de promover o respeito e a igualdade. Vale ressaltar que o material se destina a crianças a partir dos cinco anos de idade, o que ilustra uma das discussões do estudo aqui proposto, cujo objetivo é alertar para a despreocupação em relação à orientação sexual das crianças menores. Ora, se a sexualidade é algo inerente ao ser humano, por que não há maiores preocupações com a orientação das crianças desde a mais tenra idade?

### **Apresentação geral das colaboradoras**

#### **Antonela**

Antonela tem 41 anos, é casada e mãe de uma filha, diretora da instituição de educação infantil aqui analisada, e vem de uma família de 5 pessoas, sendo pai, mãe e três filhos, o que demonstra a relação existente entre a fração de classe média e as estratégias de reprodução de fecundidade, que difere das famílias da camada popular, que enxergam no grande número de filhos um futuro apreendido como sendo de sucesso. Seus pais trabalhavam e, segundo ela, nenhum dos dois questionava o trabalho um do outro, ambos tinham liberdade para decidir no que queriam trabalhar.

#### **Dolores**

Dolores é auxiliar de escritório na secretaria da escola de Educação Infantil aqui analisada. Tem 26 anos, é casada e mãe de duas filhas. É oriunda originalmente de uma família de 6 pessoas, pai, mãe e quatro irmãos, mas, segundo ela, considera mais algumas pessoas como sendo da família. Passou a infância em uma pequena cidade do interior de São Paulo, na zona urbana. Segundo a entrevistada, o marido não está satisfeito com a ocupação atual dela, pois, segundo suas palavras “Ele acha que eu não “tô” aonde eu deveria “tá”, eu gosto muito de comércio, de vendas e hoje em dia eu “tô” trabalhando de auxiliar de escritório (Dolores, 2016)”.

#### **Márcia**

Márcia tem 37 anos, é casada e mãe de três filhos, é professora (não graduada) da instituição de Educação Infantil aqui analisada, e vem de uma família de 12 pessoas, sendo que 9 são filhos de pai e mãe e 1 filho apenas do pai. A família morou durante 7 anos na zona

rural, em uma cidade da Bahia. Segundo ela, não existe um trabalho específico de homem ou mulher. Relata ainda que o pai não gostava muito da profissão de sua mãe, “meu pai não gostava muito [...] por causa de as crianças, porque tinha que ficar com os outros, aí por isso que minha mãe sai de ser isso [...] (Márcia, 2016)”.

### **Gênero segundo Pierre Bourdieu**

Bourdieu (1999) define o gênero como a “socialização do biológico e biologização do social” (BOURDIEU, 1999, p. 9), em outras palavras, o gênero é construído e estruturado no agente, no processo de socialização. É muito mais do que o simples sexo, englobando todas as relações de luta e de dominação que permeiam a posição social do sexo em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico, contemplando, assim, a ordem social das coisas: “[...] A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 18).

Para Bourdieu (1999), o gênero perpassa a questão biológica e trata-se de uma violência simbólica quando nos referimos à dominação masculina. O sociólogo denuncia ainda as dicotomias e oposições ligadas ao gênero, enfatizando que:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão (BOURDIEU, 1999, p. 22).

As disposições perante o gênero enquadram-se como resultado da trajetória social e da herança cultural, principalmente em relação aos aspectos relacionados com a cultura familiar e escolar.

Conforme Bourdieu (1999), a dominação está intrinsecamente ligada à sociedade e se faz imperceptível aos olhos, beirando a normalidade, onde, “a força masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõem-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 1999, p. 18).

Isso quer dizer que, apesar de acreditarmos que temos a liberdade para pensarmos, ainda aceitamos ser dominados pelos grupos dominantes. Dessa forma, o gênero é construído

e estruturado em um processo de socialização que irá englobar as relações de dominação presentes na sociedade.

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência dessa submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1999, p. 7).

Bourdieu destaca ainda que:

Outro fator determinante da perpetuação das diferenças é a permanência que a economia dos bens simbólicos (do qual o casamento é uma peça central) deve à sua autonomia relativa, que permite à dominação masculina nela perpetuar-se, acima das transformações dos modos de produção econômica: isto, com o apoio permanente e explícito que a família, principal guardiã do capital simbólico, recebe das Igrejas e do Direito (BOURDIEU, 1999, p. 115).

Para reconhecer as relações existentes entre as divisões de gênero, objeto de estudo desta pesquisa, faz-se necessário compreender como elas se estabeleceram. Segundo Bourdieu (1999), esse trabalho de reprodução deu-se até pouco tempo por três principais instâncias: família, Igreja e escola. Nas palavras do autor: “É sem dúvida à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina, é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão [...] (BOURDIEU, 1999, p. 103)”.

E, por fim, Bourdieu discorre acerca do papel da escola na reprodução das desigualdades de gênero:

[...] a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação (adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas [...] (BOURDIEU, 1999, p. 104).

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. (BOURDIEU, 1999, p. 18)

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e



complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (BOURDIEU, 1999, p. 41)

Segundo as concepções do teórico, é no corpo, ou seja, na *hélix* corporal (ORTIZ, 1983), que as desigualdades entre os sexos se materializam e a ideia de dominação masculina se faz natural. Com isso, Bourdieu (1999) cria uma teoria que propõe e torna possíveis as mudanças relacionadas à quebra dessa dominação masculina. “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 1999, p. 18).

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipiti) tem por efeito coloca-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis (BOURDIEU, 1999, p. 82).

Quando falamos de gênero dentro do âmbito escolar, podemos verificar nas falas das colaboradoras que existem contradições e equívocos relacionados à temática, ilustrando tal fato a partir do relato das participantes, que perpetuam os preconceitos:

*Olha, hoje em dia pra minha filha eu vejo de uma maneira diferente, porque, as coisas mudaram muito, mas quando eu era criança eu brincava de pipa, de pião, eu brincava de bolinha de gude, então, se você ver bem eu brincava com coisas que era de menino e mesmo assim minha opção foi... de gênero, é feminina né, eu me considero feminina, então, é... eu acho que hoje em dia eu vejo mais isso, porque “tá” se discutindo muito isso, então eu tenho preocupação pelas minhas filhas, mas não que eu discrimino se ela quiser brincar de bola, ela vai brincar de bola, mas sabendo que é um brinquedo que é do amiguinho, no caso, um menino (Dolores, 2016).*

Na visão de Antonela, por exemplo, a construção de gênero é algo que se dá socialmente; ela discorre acerca dos brinquedos e das brincadeiras realizadas dentro da escola:

*Ah, eu acho que, por exemplo, a boneca é mais de menina sim, a criança às vezes quer brincar de boneca mas não sabe que a boneca é de sexo feminino ou de sexo masculino e pega e fala “ah é um bebê, meu bebê”; e a bola também, várias meninas gostam de brincar de bola e, e bola é mais pra menino, então, eu acho que assim, o gênero bola, aí a criança menina não pode brincar de bola, não vejo porque não (Antonela, 2016).*

Quando falamos de gênero no âmbito familiar, ilustramos a visão de divisão gênero inculcada na fala de Antonela e de Dolores,

*Ah, eu sempre falo assim, é... por exemplo, é... você é menina, é... tomando banho, vamos tomar banho, tomar banho com a mamãe, então sempre*



*assim, frisando que é menina. Porque ela sempre fala dos amiguinhos, de todos, fala o nome deles, então menina... friso que ela é menininha (Antonela, 2016).*

*Eu acho que cada um nasce do jeito que é “pa” nascer, isso não muda. Se você tem que fazer “xixi” de pé, você vai fazer “xixi” de pé, como você vai fazer “xixi” sentado. Eu acho que assim, eu sou contra [...] (Dolores, 2016).*

De maneira geral, as participantes demonstram uma visão de dominação naturalizada em relação ao gênero, onde Bourdieu explica que “a força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 1999, p. 33). Verificamos a naturalização desta dominação na fala de Márcia, quando indagada a respeito do que é ser um homem bem sucedido: “Ah, um homem com uma boa profissão, que estuda, ‘tipo’ advogado (risos) assim...” (Márcia, 2016). Já uma mulher bem sucedida é “uma mulher realizada com casa própria, seus filhos, um bom trabalho, que não precise trabalhar o dia todo, ter um tempo pra você e um tempo pros filhos, trabalhar só meio período” (Márcia, 2016).

Podemos verificar esta dominação também na fala de Antonela, que perpetua esta visão de contenção social que a mulher supostamente deve possuir, segundo a construção social,

*[...] brincadeiras de menina, por exemplo, as meninas, elas gostam mais é... boneca, brincar de mamãe e filhinha, casinha, e os meninos eu acho que mais bola, carrinho, caminhão, os jogos em si, tem hoje vários jogos, eu acho que o Lego-Lego vale pros dois (Antonela, 2016).*

Podemos destacar nesta fala que, enquanto as meninas devem brincar com brinquedos e brincadeiras mais contidas e que reproduzem o âmbito familiar, os meninos, por sua vez, devem preferir brinquedos que significam mais liberdade e autonomia fora do âmbito familiar.

## **Herança cultura e sua interferência na sexualidade**

Segundo Bourdieu (BOURDIEU, 2007), a herança pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos, saberes, informações, códigos linguísticos, dentre outros, que os diferenciam de outros grupos. Ressalta-se ainda que, apesar dessa primeira diferenciação entre as crianças ser estabelecida na família, é na escola que a reprodução social favorece e legitima

as diferenças sociais — por exemplo, a herança econômica e de gênero — como um dom natural, evidenciando as relações entre dominado e dominante.

Contudo, deve-se levar em consideração que o universo cultural da família deve se estender aos demais membros, ou seja, quando o aluno possui relações com determinadas atividades culturais legitimadas, significa que não apenas os pais possuem esses hábitos, mas também seus avós, tios, enfim, toda a extensão familiar que pode interferir e incentivar essas atividades. Assim, com a lentidão do processo de aculturação, destaca-se a existência dos diferentes níveis culturais que possuem também uma descendência.

Em relação à herança cultural das colaboradoras podemos dizer que, de maneira geral, as participantes demonstram uma criação baseada em preconceitos e interditos relacionados ao gênero. Seus maridos por sua vez perpetuam esta dominação por meio de seus comportamentos relacionados à sexualidade, o que pode interferir nas questões relacionadas à temática sobre as próprias agentes e sua prole, estendendo-se ao âmbito escolar, uma vez que devemos considerar a inserção profissional das mesmas neste cenário.

### Reestruturação de *Habitus*

Bourdieu (2007) recupera a dinamicidade da categoria *habitus*, criada pela escolástica, que parte do princípio de que a experiência primeira do indivíduo condiciona todas as outras experiências. Retifica, no entanto, dizendo que essa experiência primeira do indivíduo também é condicionada por todas as outras experiências, sendo uma herança biológica transformada em herança cultural, ou seja, é estruturalmente dinâmica. Assim, esse método permite captar as regularidades das frações de classes, pois a sociedade não possui regras e sim regularidades. Existe, então, uma materialização que se dá por meio da mediação e das condições econômicas vividas na família, por meio de interditos, disposições, conselhos, vivências, em que ela vai demonstrar de que forma essas disposições estruturam-se no comportamento do ator, formando assim o que chamamos, segundo a teoria bourdieusiana, de *habitus primário*, que é anterior a todas as vivências posteriores, mas que será estruturado, também, a partir de todas as experiências, devido à intencionalidade do sujeito.

O *habitus* se apresenta, pois, como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade (ORTIZ, 1983, p. 17).

Partindo deste princípio, podemos afirmar que, apesar das construções vivenciadas pelas participantes em seu *habitus* primário, este pode ser modificado ao longo de sua existência com base em suas experiências. Neste sentido, verificamos que as colaboradoras perpetuam as condições experienciadas durante sua criação no seio familiar, perpassando os equívocos e desconhecimentos acerca da sexualidade à sua prole e conseqüentemente às crianças atendidas dentro do âmbito escolar.

### **Considerações finais**

Vivemos em uma sociedade historicamente patriarcal e de cunho machista e, por isso, compreendemos que as questões relacionadas à sexualidade ainda possuem um caráter excludente e dominador, permeado por preconceitos e tabus. Ao estudarmos a história da Educação sexual em nosso país, bem como as tentativas de inclusão desta dentro das escolas, constatamos que se tratou de um longo processo constituído por diversos avanços e retrocessos. Neste sentido, a inclusão da Educação Sexual na Educação Infantil demonstra um progresso ainda mais lento, marcado por constantes situações consideravelmente inadequadas, demonstrando o real desconhecimento acerca da temática.

Isso quer dizer que, mesmo depois de décadas, a sexualidade – que é inerente ao ser humano – ainda não tem sua relevância considerada, fato este que interfere diretamente na formação dos indivíduos em todos os sentidos, sejam eles biológicos, psicológicos ou sociais.

Em linhas gerais, concluiu-se que a escola não vem tratando as questões relacionadas à sexualidade como deve, em especial no que diz respeito ao gênero, seja por falta de conhecimento, seja pela repressão e dominação masculina, cuja violência simbólica intrínseca a este comportamento está inculcada em nossa sociedade.

A temática ainda é calcada em equívocos, possivelmente pela falta de importância a que se destina a tal, porém, muitas vezes a escola é chamada a responder e se responsabilizar por essa instrução. Por outro lado, e de acordo com o movimento da sociedade, a escola se omite e teme por esta instrução, que muitas vezes é vista como obrigação apenas da família que, por sua vez, responsabiliza a escola por tal instrução.

Neste sentido, seguindo este jogo de empurra-empurra, a educação sexual infantil fica à margem da sociedade, e perpetua a ignorância e desconhecimento por parte da escola e do âmbito familiar, prejudicando a todos, principalmente as crianças, que cada vez mais são expostas a estas questões sem um preparo ou instrução para lidar com elas.

Vale ressaltar ainda que o silêncio não desresponsabiliza nenhuma esfera, pelo contrário, o não falar sobre o assunto é uma maneira de educar, e sobretudo de reforçar uma farsa a respeito da orientação sexual disseminada na sociedade através de valores morais.

Assim, a escola deve cumprir seu papel social de difundir a informação, mudando a sociedade através da instrução e discussão em prol da integração, e proporcionando prazer, cidadania e bem estar.

O trabalho aqui proposto teve a intenção de desvelar como as questões relacionadas à sexualidade ainda são consideradas como um incômodo em nossa sociedade, sobretudo no âmbito escolar e familiar. Além de ser um tema tratado primariamente como um tabu, a sexualidade infantil ainda é vista de maneira incipiente e equivocada, o que contribui de maneira direta para a perpetuação de preconceitos e disparidades, prejudicando discussões saudáveis e elucidativas acerca da temática. A resistência de profissionais da educação, bem como das famílias, prejudica e interfere de maneira negativa sobre a Educação Sexual Infantil, impedindo que haja o desenvolvimento positivamente integral da criança, principalmente em seus anos iniciais (fase de intenso desenvolvimento).

Na tentativa de superar tais contradições, propõe-se que cada vez mais a temática seja incorporada à vida das pessoas desde tenra idade, de maneira assertiva e natural, desmistificando e suplantando o desconhecimento acerca da mesma, contribuindo, assim, para uma Educação Sexual saudável e esclarecedora, onde tanto família quanto escola se responsabilizem e complementem saberes afim de propiciar às crianças segurança, autoconhecimento e autonomia.

**AGRADECIMENTOS:** CAPES – DS – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Ciências sociais da educação)

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

GUIZZO, B. S.; FELIPE, J. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a Educação. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: [www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-3858.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-3858.pdf). Acesso em: 25 fev. 2020.

ORTIZ, R. **1930 - Pierre Bourdieu: sociologia**. Trad. Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais)

RIBEIRO, P. R. M. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. *In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, 2009. p. 129-140.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**. Brasília: UNESCO, 2014. 53 p.

### Como referenciar este artigo

OLIVEIRA, M. F. C.; MUZZETI, L. R. A interferência da herança cultural na educação sexual de agentes escolares: um estudo de uma instituição infantil do interior paulista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 176-188, jan./mar. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i1.13586>

**Submetido em:** 16/04/2020

**Revisões requeridas:** 22/07/2020

**Aprovado em:** 10/09/2020

**Publicado em:** 02/01/2021